

Protagonistas da História

Presidentes, primeiros-ministros, líderes de movimentos de libertação. Os cargos variam, como também suas nacionalidades. Há latino-americanos, caribenhos, africanos, asiáticos. Em comum, os une o fato de terem sido protagonistas de processos políticos que mudaram profundamente o rumo da História em seus países. A lista é longa e inclui figuras como Agostinho Neto e Samora Machel, Yasser Arafat e Muammar Kadhafi, Fidel Castro e Omar Torrijos, referências obrigatórias para quem, tanto hoje quanto no futuro, quiser ter uma visão mais ampla das lutas político-sociais que marcaram o século XX. É um resumo das entrevistas dadas por estes dirigentes a cadernos, ao longo de suas duas décadas de existência, o que oferecemos a seguir. São depoimentos marcantes, que expõem com franqueza os obstáculos e vicissitudes, erros e acertos, e, acima de tudo, as motivações que levaram estes homens a dedicar suas vidas ao ideal de construir uma sociedade mais justa para seus povos.

TANZÂNIA

Julius Nyerere

Líder da independência,
dirigiu o país de 1961 até 1985



Entrevista concedida a Neiva Moreira e Beatriz Bissio, em Dar-es-Salaam, em outubro de 1975/ "cuadernos" nº 7

Em certos círculos da Europa e Estados Unidos, se considera que a revolução tanzaniana atravessa um período de estagnação. Qual é a sua opinião?

— É possível que seja verdade. É possível que agora este jamos atingindo nossas metas com uma velocidade menor que no início. Por quê? Porque depois da declaração de Arusha, em 1967, definimos nossos objetivos socialistas e logo procuramos colocá-los em prática. Alguns deles poderiam ser concretizados imediatamente, mas outros não, tinham que passar por um processo de educação popular.

O sr. é o ideólogo do "caminho tanzaniano ao socialismo", baseado nas Aldeias Comuns, as "ujamaa", cuja proposta tem sido analisada por muitas pessoas interessadas nos problemas do Terceiro Mundo. Tem alguma mensagem especial para os nossos leitores?

— Acho que os líderes do Terceiro Mundo não entenderam o problema do neocolonialismo como tinham entendido o colonialismo, contra o qual nós nos organizamos eficazmente para derrotar. Na realidade, devíamos ter entendido o neocolonialismo assim como entendemos o colonialismo. Devemos entender as causas do subdesenvolvimento.

Como o sr. relaciona a experiência das "ujamaa" com a sistemática marxista?

— Primeiro, tenho que confessar algo: eu não sou marxista. Mas quando digo isso, é uma maneira de admitir minha ignorância.

O gal. Velasco Alvarado, do Peru, costumava dizer que o governo peruano não é marxista, mas está fazendo uma revolução e é isso que importa.

— Pessoalmente, sobretudo a partir de 1967, tratei de ler os textos marxistas. E agora estou convencido de que nosso partido deve ter uma séria compreensão da análise marxista para poder conduzir sua revolução.

E o sr. está pondo isso em prática?

— Os bons marxistas querem realmente analisar a sociedade cientificamente, estritamente, e aceitam os fatos objetivos que se dão nessa sociedade. No entanto, tenho dificuldades de entender algumas das práticas marxistas atuais. Muitas não me parecem realmente científicas. Eu sou um católico romano. Leio a Bíblia. Quando um católico não entende o significado de um texto, consulta o papa, e ele dá a palavra final. Ele nos dá a interpretação.

Mas eu não acredito que em relação ao marxismo se possa fazer a mesma coisa. Não acho que os marxistas devam limitar sua análise ao que Marx quis dizer em sua época. Eles devem analisar esta sociedade, aceitar suas realidades e estudar o movimento histórico mundial rumo ao socialismo sem perder tempo em explicar o que exatamente Marx disse. Acredito que esse tipo de debate é equivocado. É um debate religioso. E isso me cria dificuldades para entendê-lo. ■

ANGOLA

Agostinho Neto

Líder do MPLA e presidente
de 1975 até a sua morte
de câncer, em 1979

Entrevista concedida a Neiva Moreira, em Luanda, em novembro de 1975 (dias antes da proclamação da independência)/ "cuadernos" nº 7

Presidente, que diferenças ideológicas separam o MPLA da FNLA e da Unita?

— O que podemos responder é que o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é um movimento popular voltado para a solução dos problemas do povo, principalmente do povo trabalhador, com a perspectiva da formação de um governo que se enquadre dentro de uma verdadeira democracia.

Pensamos que nosso povo, que sofreu durante tanto tempo com o colonialismo português, tem direito a participar plenamente da vida da Nação, através de sua integração em uma democracia que englobe todas as classes, todas as camadas do povo. Este é o conceito de democracia que nós temos: essencialmente participativa.

Por outro lado, desejamos que o povo angolano participe ativamente da vida econômica do país, que nossos trabalhadores não sejam meros executores de uma política, e sim, também, cérebros que planejam, dirigem, tomam iniciativas e administram.

E a política externa?

— No plano internacional não queremos alinhar-nos com nenhum bloco. Participamos do Movimento dos Países Não-Alinhados e, naturalmente, damos nosso apoio, moral ou de outro tipo, se possível, às lutas de libertação que se desenvolvem na África e fora dela. Enfim, pretendemos que o homem não somente aqui em Angola, mas no mundo todo, seja completamente livre.

Gostaria que o sr. analisasse as relações entre negros e brancos em Angola, após cinco séculos de colonialismo.



— Os portugueses que estiveram aqui durante muitos anos vieram somente para obter lucros, dentro de um sistema que os favorecia. O colonialismo fez tudo para proteger essa elite branca da população de Angola. De modo que ela está habituada a ter privilégios. E agora, quando vêem que esta máquina colonial que os protegia está se desfazendo, quando vêem a divisão do exército português e o desaparecimento da Pide (a polícia secreta portuguesa), evidentemente eles têm medo. Alguns temem porque cometeram crimes. Outros, porque já se sentem inseguros com a ausência da proteção política e social que tinham durante o colonialismo. Este é o maior trauma que a população branca sofreu. E diante das confrontações militares, preferiram usar isso como desculpa para abandonar o país.

Pois bem, nas áreas que já libertamos — e você tem aqui o exemplo de Luanda — vê-se claramente que não há nenhum tipo de perseguição contra o branco e, aos poucos, a ordem vai se restabelecendo. Apesar de tudo, o trabalho está sendo retomado, embora ainda não no ritmo que nós desejaríamos.

Presidente, a proclamação da independência está marcada para o próximo dia 11. O sr. acredita que isso será viável?

— Sim. Só resta a dúvida sobre qual organismo vai exercer o poder. Mas a declaração será feita. ■

MOÇAMBIQUE

Samora Machel

Líder da Frelimo e presidente de 1975 até sua morte, em um acidente aéreo, em 1986



Entrevista concedida a Neiva Moreira e Beatriz Bissio, em Maputo, em outubro de 1975/"cuadernos" nº 8

A filosofia da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) é apoiar e apoiar-se no campo. Quais as medidas concretas tomadas pelo seu governo para pôr isso em prática?

— Em primeiro lugar, já emitimos um decreto pelo qual a terra pertence ao povo. E, em segundo lugar, estamos criando as Aldeias Comunais, através das quais estamos procurando resolver os problemas da população camponesa.

O sr. poderia explicar qual é o papel dessas Aldeias Comunais?

— Em nosso país, não é possível assegurar o desenvolvimento econômico e social e a conscientização política da população, se ela estiver fragmentada, dividida em pequenos núcleos. Com uma população dispersa

é impossível aplicar uma política de aproveitamento dos recursos naturais. Seria empregar nossas energias em objetivos imprecisos.

Nossas Aldeias Comunais constituirão um ponto de partida para o desenvolvimento econômico. Vejamos o exemplo de nossos rios, que constituem uma grande riqueza nacional. Se resolvermos fazer canais e diques, para quem serão construídos? Em que direção, se a população está dispersa? Acontece a mesma coisa com o projeto de eletrificação, outra de nossas prioridades.

Enfim, precisamos ter a população agrupada e organizada. As Aldeias Comunais significam povo organizado, povo com tarefas definidas e distribuídas, povo comprometido com a tarefa de reconstrução nacional e com o desenvolvimento da Nação. Isso tem muita importância para nós, pois só assim saberemos a quem devemos dar assistência médica, escola, por onde deverão passar as estradas para transportar a produção.

Como o sr. vê o engajamento das gerações futuras, que não participaram diretamente na guerra de libertação?

— Estamos precisamente estudando como vamos preparar as futuras gerações. A guerra acabou e agora temos de encontrar outro mecanismo de conscientização, através da prática política. Nesse sentido, o sistema educacional desempenhará um papel relevante. Formaremos gente nas escolas, há muito entusiasmo entre a juventude. As crianças, em particular, são extraordinárias. Estudam, militam e vigiam. É a primeira geração que nunca viveu sob o colonialismo.

As reuniões da juventude quase sempre se realizam no norte, nas áreas libertadas, que constituem para todos nós uma fonte permanente de inspiração. Quando estamos lá, os problemas são todos concretos e as discussões abertas. Não há traição. Não há hipocrisia. ■

SOMÁLIA

Siad Barre

Presidente de 1969 a 1991, quando foi derrubado do poder

Depoimento dado a Beatriz Bissio e Neiva Moreira, em Mogadíscio, em janeiro de 1976/"cuadernos" nº 9

“É necessário compreender a filosofia de nossa revolução em geral, e a etapa de transição que estamos atravessando. A união dos grupos e das classes sociais progressistas — pilares de nossa revolução — dependerá de uma completa discussão científica da natureza multifacética dos objetivos de nossa revolução. Só então seremos capazes de implementar as aspirações da revolução socialista na Somália, no campo político, econômico e social.”



TANZÂNIA

“A revolução herdou a economia e a cultura existentes. Herdou uma economia enfraquecida em todos os itens—agricultura, pesca, pecuária, indústria e comércio—, uma economia caracterizada pela estagnação. A Somália era uma das áreas menos desenvolvidas do mundo. E essa economia era a base de um sistema social atrasado. Essa condição não permitia o progresso que torna possível o desenvolvimento das grandes classes sociais de capitalistas e trabalhadores. A base econômica era inexistente, mas havia um embrião.”

“A revolução é o produto das condições objetivas. Estávamos em uma condição neocolonial caracterizada pela terrível opressão de que eram objeto os trabalhadores somalis e pela inexistência de segurança entre os nômades. Os grupos representantes dos capitalistas embrionários e dos interesses do imperialismo internacional abusavam do poder.”

“Nosso país, embora seja ainda uma sociedade nômade, adotou princípios socialistas e começou com seriedade a dar os primeiros passos nesse rumo. Cada país tem sua própria natureza. São essas as condições objetivas que não podem desaparecer por um passe de mágica. Ao mesmo tempo, a revolução socialista tem estratégias definidas e aspirações claras. Seu objetivo final é uma sociedade baseada na igualdade e na justiça.” ■

ZIMBÁBUE

Robert Mugabe

Líder da Zanu, primeiro-ministro a partir de 1980 e presidente desde 1987



Entrevista concedida a Beatriz Bissio, em Maputo, em 1977/“cuadernos” nº 17

A Frente Patriótica é uma coalizão de dois grupos independentistas, o Zanu e o Zapu. Especula-se muito na Europa e na América Latina que os movimentos estão próximos, mas não unidos. O sr. e Joshua Nkomo são os presidentes desses movimentos e, portanto, seria importante que nos falasse a respeito.

— A Frente Patriótica foi formada em fins de dezembro do ano passado porque sentimos que política e militarmente devíamos reunir as únicas duas organizações que têm exércitos e que juntas podem consolidar o processo da luta revolucionária.

Acreditamos que a unificação em um só exército, com um comando único, acelerará a queda do regime rodesiano. Mas temos que ser cuidadosos e

medir cada passo para a unificação. Ambas as organizações existem há quase 15 anos. E naturalmente os militantes desenvolveram sentimentos próprios para sua organização no curso da luta. A medida que damos passos para a unificação devemos ter o cuidado de conduzir conosco, em cada etapa, todas as forças que pudermos.

Há uma tendência entre os combatentes do Zimbábue, particularmente os da Frente Patriótica, a considerar negativa uma paz neste momento... Muitos consideram que seria mais importante para o Zimbábue que a guerra prosseguisse. Como o sr. vê esse problema?

— Não procuramos só a vitória militar. Estamos lutando por revolucionarmos nós mesmos. Por transformar nossa nação. De modo que essa luta se trava em duas dimensões. Primeiro pela liquidação do colonialismo e o neocolonialismo e, segundo, por transformar Zimbábue em uma nação revolucionária.

Comenta-se que, com a vitória da Frente Patriótica, milhares de rodesianos se mudariam para a América Latina, principalmente a Bolívia. Como o sr. vê esta questão?

— São os povos da América Latina que devem decidir que tipo de imigrantes querem receber. A única coisa que eu posso dizer é que os rodesianos brancos são racistas, extremamente egoístas em muitos aspectos.

Já os latino-americanos têm uma grande tradição de luta pela liberdade. São humanistas. E a causa da liberdade pela qual estamos lutando é uma causa universal. Nós temos sido discriminados, oprimidos de todas as formas possíveis. Perdemos nosso direito à determinação em nosso próprio país. Nossa causa é tão clara que merece a solidariedade dos povos e de muitos governos latino-americanos. E estaremos felizes se continuarmos a receber cada vez mais seu apoio material, moral e diplomático que acelerará nossa vitória para toda a humanidade. ■

PERU

Gal. Velasco Alvarado

Dirigiu o país após a revolução de 1968 até 1975, morto após longa doença em dezembro de 1977

Depoimentos de várias entrevistas concedidas a Neiva Moreira, em Lima/“cuadernos” nº 18

Passados vários anos da revolução que o sr. liderou em 1968, quando era comandante-em-chefe do Exército, como o sr. avalia hoje os desafios que enfrentou na época?

— Para começar, alguns porta-vozes da oligarquia



me criticavam duramente porque diziam que eu não conhecia o meu país. A verdade é que não sei o que me falta conhecer. Graças à vivência e ao conhecimento direto do país, pudemos ver e sentir o sofrimento de nosso povo, constatar como os *gamonales* (latifundiários) tratavam nossos camponeses. A lei, a polícia e nós mesmos, ou seja o Exército, estávamos a serviço desta gente e era evidente que essa situação tinha que mudar.

Temos observado, em nossas viagens pelo interior do país, uma crescente mobilização dos camponeses, uma mão-de-obra que sempre foi explorada. Como o sr. vê esses sinais?

— Suas informações coincidem com outras que estamos recebendo. Realmente nossa massa camponesa está em movimento, e este é um acontecimento decisivo de nosso processo revolucionário. No início, não foi fácil convencer os camponeses dos propósitos e objetivos da revolução. As vezes nos desesperávamos. Era como se estivessem dormindo, num estado de apatia. Dava vontade de sacudi-los e dizer-lhes: "Olhem, isto é para vocês. Resistam, avancem."

Como o sr. avalia hoje o "Plano Inca", onde os srs. apresentaram os objetivos da revolução de 68?

— Já mais velho, com uma idéia mais clara do que é fazer uma revolução, vejo que esse documento tem uma dose de ingenuidade. Foi pensado por um homem cheio de idéias e bons propósitos, mas que não sabia o quão difícil é levar adiante um processo revolucionário.

Veja você as touradas... Uma coisa é estar na arquibancada e outra é estar na arena. De longe, a gente vê o touro pequenininho. Mas para o toureiro, como ele é grande! Agora somos nós que estamos com o "touro" cara a cara e eu lhe digo: ele é enorme.. ■

Em seu último depoimento, dado à revista "Socialismo y Participación", o general Velasco afirmou: "É necessário preservar o legado revolucionário e enfrentar unidos a histórica tarefa de construir em nossa pátria uma sociedade socialista, verdadeiramente independente e nacional, uma democracia baseada na propriedade social e na participação direta de nosso povo no poder político."

NICARÁGUA

Germán Pomares

Um dos fundadores da Frente Sandinista, morto uma semana antes da vitória da revolução, em julho de 1979

Entrevista concedida a Diêgo Achard, na Nicarágua, em janeiro de 1979/"cuadernos" nº 26

Comandante, o sr. é um dos fundadores da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Quar-

do começou sua vinculação com a organização revolucionária?

— Integrei-me à FSLN aos 23 anos de idade, quando foi fundada, em 1961. A Frente Sandinista nasceu de uma preocupação de Carlos Fonseca Amador, porque existiam vários movimentos revolucionários naquela época, depois da morte de Anastasio Somoza García em 1958. Houve levantes até na Guarda Nacional. Um grupo de oficiais quis justificar os dois Somoza. Mas foram descobertos e todos tiveram que ir para o exílio.

A Frente se organizou, então, a partir de outras organizações...

— Sim. Em 1959, nasce a Juventude Patriótica, com um grupo de jovens que começam a fazer algo contra a ditadura, atacando com bombas os ministérios, atirando em carros da polícia. Nessa organização se iniciaram José Evaristo Escobar Pérez, Daniel Ortega Saavedra, Félix Chifle, Edmundo Pérez, um grupo de companheiros que depois faziam parte da Frente Sandinista.

Nessa época, a que organização Carlos Fonseca Amador pertencia?

— Era um grupo guerrilheiro, um dos muitos que se organizavam. Nessa época, todos os nicaraguenses queriam fazer alguma coisa. Além disso, a questão da vitória da revolução cubana estava quente. De 58 a 60, ocorreram 60 levantes armados. Já em 1961, a Frente Sandinista começa a formar-se, quando Carlos Fonseca conta um grupo que se chamava "Nova Nicarágua", formado por exilados nicaraguenses na Venezuela. Havia outros grupos na Costa Rica e no México. Este último se chamava FUN.



O que queria dizer?

— Frente Unitária Nicaraguense. Nesse grupo, estava Noel Guerrero Santiago. Então Carlos Fonseca e Noel Guerrero contataram todos esses grupos. Da Venezuela, chegam Hibar Sánchez, Tobías Gadea, Alejandro Bermúdez Alegría e outros. Da Costa Rica, vêm Tomás Borge, Silvio Mayorca e outro rapaz chamado Portocarrero e se reúnem em Havana; aí começa a se formar um movimento revolucionário sério.

Carlos propôs que se chamasse Frente Sandinista. Mas a proposta de Noel Guerrero, que era o mais velho do grupo e dos mais preparados politicamente, foi que se chamasse Frente Unitária Nicaraguense, para agrupar todos os opositores ao regime. Assim começou a se formar o movimento.

Em 1964, se dá à organização o nome de Frente Sandinista. Juntam-se companheiros da Juventude Patriótica, e Daniel Ortega Saavedra, Félix Chi-

fle, Edmundo Otero, Roberto Amaya e um grupo bastante grande de companheiros.

Como é a vida familiar de um guerrilheiro?

— Bom, acontece que o guerrilheiro sempre tem sua família em outro lugar. Sabe que tem uma filha, uma mulher. Se a mulher é revolucionária, compreende que ele não está com ela nem com os filhos porque tem necessidade de lutar para dar-lhes uma pátria melhor. Quando alguém se encontra nessa situação e tem o apoio de sua mulher, as dificuldades por que passará vão ser partilhadas. Mas, freqüentemente, ele tem uma mulher que diz: “Bem, ele não volta mais.” Foi isso que me aconteceu. Levei três anos sem aparecer. Quando voltei, no quarto ano, ela tinha um filho de outro homem. Essas são coisas da luta. Não posso culpá-la.

Quando o sr. entrou para a guerrilha, pensou que o processo iria ser tão longo?

— Talvez não pensasse que fossem tantos anos. Porém, à medida que o tempo foi passando, percebi que o tempo foi longo mas que também está se criando uma base sólida. Vamos compreendendo que a formação da Frente Sandinista vai estabelecendo bases mais sólidas. Por isso já não nos assusta o passar dos anos.

IÊMEN DO SUL

Fattah Ismail

Presidente de 1978 até sua renúncia em 1980, morto em combate durante a eclosão da guerra civil de 1986



Entrevista concedida a Beatriz Bissio e Neiva Moreira, em Aden, em fevereiro de 1979/“cuadernos” nº 27

Em seu I Congresso, o Partido Socialista Iemenita adotou a definição marxista-leninista, que, segundo as explicações que o sr. nos deu, seria uma das definições ideológicas questionadas pelo setor derrotado em junho de 1978...

— A Frente Nacional de Libertação (FNL) havia adotado o socialismo científico há muito tempo, como base de suas definições. Por isso, nós ampliamos o estudo do marxismo por parte de nossos militantes. O marxismo-leninismo é a definição necessária para assegurar a vitória do socialismo. Adotamos no Iêmen Democrático essa definição ideológica porque temos a certeza de que, nos países emergentes, a construção do socialismo é o único caminho para garantir o desenvolvimento.

Qual é a participação da mulher na sociedade iemenita hoje?

— O desenvolvimento histórico e a evolução política deixaram a mulher árabe à margem da vida política, econômica, social e cultural.

A situação dos países árabes com regimes reacionários é bem conhecida de todos nós. Neles, a mulher vive segundo as antigas tradições, que não têm nenhuma relação com o século atual. Naturalmente, a mulher árabe não tem culpa dessa situação. Se lhes são dadas oportunidades, as mulheres dos países árabes — como todas as mulheres do mundo — participam ativamente da vida política e em todos os campos da atividade humana.

O que acontece no Iêmen é um exemplo do que estamos dizendo. Estamos tratando a mulher de um ponto de vista revolucionário, em condições de total igualdade frente ao homem. Mas, por tudo que disse acima, constatamos que hoje a mulher iemenita ainda não está preparada para ocupar altos cargos na administração.

E nas lutas da independência, houve participação feminina?

— A mulher iemenita participou da luta contra o imperialismo britânico, em vários campos, colaborando na conquista da independência, em 1967. Posteriormente, combateu pelo desenvolvimento social e para conquistar seu direito à igualdade. Participou também na luta contra a ala direita do partido, derrotada em 1969, e cooperou na luta contra os oportunistas de esquerda, que culminou em 26 de junho de 1978.

EQUADOR

Jaime Roldós

Presidente de 1979 a 1981, quando morreu em um acidente aéreo

Entrevista concedida a José Steinsleger, em Quito, em julho de 1979/“cuadernos” nº 31

Dr. Roldós, ao que parece podemos distinguir três períodos na história de seu movimento, a Concentração de Forças Populares: o primeiro protagonizado por seu fundador, Carlos Guevara Moreno; o segundo, quando descobrimos a figura de Assad Bucaram e, atualmente, o sr. aceita que nos encontremos no “período Roldós”?

— A CFP atravessa um natural processo de transição. Sem medo de nos equivocarmos, a CFP nasceu como movimento populista. E não acredito que o populismo em si, e não me refiro ao caráter



pejorativo do termo, mas à sua resposta histórica, tenha sido negativo. Porque, diante da crise dos partidos tradicionais e da incapacidade de outros setores políticos para poder canalizar o desejo de mudança, o populismo sentiu o desespero, a angústia dos setores marginalizados e começou a apresentar-lhes medidas concretas. O aspecto negativo do populismo é ficar somente nas respostas conjunturais, nas respostas imediatas aos problemas imediatos.

Essa é a política de Velasco Ibarra?

— Exatamente. Eu acredito que temos que caminhar por uma via dupla: dar respostas imediatas a problemas imediatos que não podem esperar para amanhã, mas junto à solução imediata, planejar a solução duradoura a longo prazo. Mas esta solução duradoura não pode ser jamais uma resposta puramente emotiva. Deve ser uma resposta consciente.

Será possível alcançar mudanças mínimas, considerando as contradições internas de um Equador radicalmente dividido no plano econômico e no social?

— Nós partimos da definição estrutural de nosso país. Somos conscientes de que o Equador é uma sociedade semi-oligárquica, semifeudal e dependente. Pensamos que, partindo de um diagnóstico global do que é o país, poderemos dar soluções aos nossos problemas.

Mas as mudanças deverão se dar a partir de nossas próprias realidades: seus recursos humanos, a tecnologia que o país dispõe, o avanço político-cultural, a organização popular, a capacidade de mobilizar essa organização popular, etc. Caso contrário, vamos nos encontrar diante de um abismo entre o que estamos pensando e o que podemos fazer.

Acreditamos que é preciso tomar consciência da existência do povo. Não se lembrar do povo unicamente nos momentos eleitorais, o que tem sido a razão do grande fracasso dos partidos da América Latina. ■

LÍBIA

Muammar Kadhafi

Chefe do governo líbio desde a vitória da revolução, em 1969

Entrevista concedida a Dina Nascetti, em Trípoli, em agosto de 1979/ "cuadernos" nº 32

O que o sr. pensa do alarme do Ocidente diante da atual crise energética?

— O responsável pelo que está acontecendo é o próprio Ocidente, que faz de tudo para que os países produtores de petróleo não se industrializem, aumentando desproporcionalmente os preços da tecnologia de que necessitamos.

Qual é a solução?

— Que os trabalhadores assumam o controle dos monopólios, implantem a autogestão das empresas. Só então muitas coisas mudariam.

Tal objetivo é naturalmente difícil de alcançar. Até lá, o que se deve fazer?

— Sentemo-nos em torno de uma mesa, mas com todas as cadeiras no mesmo nível. Enquanto o Ocidente não abandonar sua política neocolonial e não nos tratar de igual para igual será difícil estabelecer um diálogo.

A Líbia tem demonstrado sempre um particular interesse no Mediterrâneo. Recentemente concluiu em Atenas a III Conferência dos Partidos Socialistas e Progressistas da região, promovida precisamente por Trípoli. O que o sr. tem a dizer sobre isso?

— Defendemos que a área do Mediterrâneo deve interessar aos povos que a habitam, os quais devem exercer seu controle...

Considero necessário afastar todas as bases estrangeiras para evitar o perigo de eventuais conflitos internacionais e converter este mar em uma zona de paz. Para isso é necessário cooperar com todas as forças progressistas desta área no sentido de uni-las.

Como o sr. avalia a preocupação evidenciada no Ocidente a propósito do ressurgimento islâmico, considerado por alguns como um fenômeno retrógrado e obscuro?

— Trata-se sempre da habitual cegueira do Ocidente. Como a revolução iraniana se baseia nas leis corânicas, o Ocidente a considera reacionária. Julgamos esta propaganda denegridora, uma cruzada do Ocidente contra a revolução iraniana. ■



MADAGASCAR

Didier Ratsiraka

Presidente de 1975 a 1993

Entrevista concedida a LuisCameljo Miguel de la Guardia, em Antananarivo, em agosto de 1979/ "cuadernos" nº 32

O sr. pode nos fazer uma retrospectiva das realizações da revolução malgache nos últimos anos?

— É muito difícil fazer essa retrospectiva, sobretudo levando-se em conta que nossa revolução tem apenas três anos. No entanto, tratarei, na medida do possível, de oferecer-lhes alguns aspectos significativos da tarefa empreendida em 1975. A primeira coisa que fizemos foi recuperar os principais meios de produ-



ção de Madagascar. Para isso, tivemos que reestruturar nossas relações com os países amigos, particularmente com a França.

Em 1960, havia sido assinado um acordo de cooperação que era inaceitável para a República Democrática de Madagascar e para a revolução malgache. Não era aceitável para nós porque, a partir de 1972, e particularmente depois de 1975, nosso principal interesse era a independência total. Em 1973, sendo eu ministro das Relações Exteriores, denunciámos os acordos de cooperação firmados com a França 13 anos antes e se conseguiu firmar um novo tratado com este país.

Em virtude desse acordo, abandonamos a zona do franco, porque queríamos, em primeiro lugar, uma moeda independente. Também exigimos a retirada das bases militares francesas instaladas no nosso território, principalmente a de Diego Suárez e a base aérea de Antananarivo.

Este ano foi decretado pela ONU o "Ano Internacional da Infância". Qual a situação das crianças em seu país?

— Este ano começamos uma grande campanha de alfabetização e um milhão a mais de crianças já entraram na escola primária. ■

IRAQUE

Saddam Hussein

Presidente a partir de 1979

Entrevista concedida a Neiva Moreira e Beatriz Bissio, em Bagdá, em outubro de 1979/ "cuadernos" nº 34



Como o sr. encara o processo de unidade árabe?

— A Nação Árabe, nos últimos cem anos, foi dividida em pedaços e numerosas forças internacionais estão atuando contra os seus interesses. Mas os povos árabes sempre ambicionaram a unidade e a liberdade. Por essa verdade histórica e porque não podemos aceitar com resignação a destruição da unidade árabe, é que trabalhamos ativamente no sentido inverso. Estamos convencidos de que a unidade árabe será um dia conquistada, de uma maneira ou de outra, porque corresponde às necessidades do presente e às exigências do futuro.

Estávamos em Bagdá durante os dias da tomada de poder pelas forças lideradas pelo aiatolá Khomeini no Irã. Vimos como o povo e o governo do Ira-

que estavam satisfeitos com a vitória popular que pôs fim à ditadura. O xá Reza Pahlevi era um inimigo evidente das forças árabes progressistas. Por essa mesma razão, as correntes mais avançadas de todo o mundo tinham uma grande expectativa em torno das relações futuras entre os governos de Bagdá e Teerã. Porém, as notícias a respeito não são tão otimistas. Como o sr. prevê o desenvolvimento futuro do processo no Irã?

— É natural que a partida do xá fosse recebida com alegria por todos os povos que lutam nos diferentes pontos do mundo, já que aquele regime era um bastião do imperialismo na região.

Mas a luta do Terceiro Mundo tem características definidas e conhecidas. Uma revolução pode derrubar uma ditadura, mas em que medida pode realmente erradicar um regime com estas características e instalar em seu lugar outro, que atenda aos interesses do povo?

Para conseguir essa mudança profunda são necessárias condições muito concretas. Para construir um regime revolucionário, no qual o povo domine os mecanismos do Estado, é preciso ter metas nítidas e uma clara definição antiimperialista.

Por isso digo que nem todos os que se propõem a mudar um regime serão capazes de consegui-lo. Não podemos nem sequer afirmar que todo revolucionário poderá transformar um regime reacionário em um revolucionário. ■

VIETNÃ

Nguyen Co Thach

Chanceler do governo do primeiro-ministro Pham Van Dong

Depoimento dado a Neiva Moreira, em Havana, em 1979/ "cuadernos" nº 34

Durante a reunião dos Não-Alinhados em Havana, um dos temas mais "quentes" era a presença das tropas vietnamitas no vizinho Camboja. (Dois anos antes, em fins de 1977, o Khmer Vermelho havia invadido o Vietnã, cujas forças repeliram o ataque e foram decisivas na deposição do regime de Pol Pot (um aliado da China), em janeiro de 1979.)

Ao mencionarmos o tema, o chanceler Co Thach criticou duramente os países que defenderam o regime de Pol Pot no Camboja (1975- 1979), recordando que "os mesmos Estados que agora aludem ao Direito Internacional, ao não emprego da força e a outras razões jurídicas de validade duvidosa, mantiveram um silêncio cúmplice quando a China agrediu o Vietnã".



Disse que o argumento de que as tropas do Vietnã devem se retirar do Camboja pode ser facilmente rebatido: "Os países interessados nessa retirada são os que solicitam que se mantenham as forças armadas norte-americanas nas bases do Sudeste asiático." Destacou que fatos concretos demonstram que quando o Vietnã afirma que se retirará do país vizinho diz a verdade. "Em duas ocasiões anteriores tropas vietnamitas participaram na luta do povo cambojano e, quando cessou a ameaça e completaram sua missão internacional, se retiraram. Desta vez, faremos o mesmo - assinalou-, mas depois de assegurar que realmente deixou de existir a ameaça de agressão contra os povos laosiano, cambojano e vietnamita."

GRANADA

Maurice Bishop

Primeiro-ministro de 1979 até seu fuzilamento, em outubro de 1983, por uma facção de extrema-esquerda do seu próprio partido. Quinze dias depois, os EUA invadiriam a ilha



Depoimento tomado durante a reunião de cúpula dos Não-Alinhados em Havana, em 1979/ "cuadernos" nº 34

"Se nossas relações com os Estados Unidos não são boas, não é por culpa de Granada", declarou a **cadernos** Maurice Bishop, que acusou certos grupos dentro dos Estados Unidos de querer deteriorar as relações bilaterais devido à clara posição anti-intervencionista de seu governo.

O dirigente de Granada fez um resumo da crítica situação de seu país desde a época do colonialismo e da escravidão até chegar à etapa despótica de Eric Gairy. Descreveu a extrema pobreza de seu povo, a emigração maciça e a superpopulação, marcas da herança colonial e neocolonial.

Contrastando com essas imagens, Bishop falou da Granada de hoje "justa, livre e revolucionária", com um "firme compromisso com a comunidade internacional baseado em princípios fundamentais que coincidem com os do Movimento de Países Não-Alinhados, pois vão de encontro ao imperialismo, ao colonialismo, ao neocolonialismo, contra o racismo, o sionismo e o desprezível sistema do *apartheid*". Também defendeu a unidade e cooperação dos países do Caribe de fala inglesa, francesa, holandesa e espanhola.

Maurice Bishop ressaltou que o que está acontecendo em Granada é "parte do processo global de mudanças na região" e lembrou que em "nosso país não falamos de nacionalizações, e

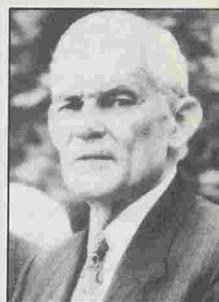
sim temos dito que precisamos tomar as rédeas da economia do país".

JAMAICA

Michael Manley

Primeiro-ministro de 1972 a 1980 e de 1989 a 1992

Depoimento tomado durante a reunião de cúpula dos Não-Alinhados em Havana, em 1979/ "cuadernos" nº 34



"Se um de nossos membros toma uma posição, ou o Movimento dos Não-Alinhados como um todo, que coincide com a adotada pelo grupo socialista, nos acusam de ser testas-de-ferro do bloco socialista. Nada poderia estar mais longe da verdade. Mas os países do mundo industrializado devem saber que nós não vamos mudar nossos pontos de vista a fim de evitar as coincidências com as opiniões do mundo socialista, nem com nenhuma parte do mundo."

O dirigente jamaicano acrescentou ainda que, "para aqueles que estão preocupados com o fato de haver crescentes exemplos de coincidências nos pontos de vista do Movimento Não-Alinhado e, digamos, o grupo socialista (sobre assuntos como as lutas de libertação), a única solução é os países desenvolvidos mudarem suas posições e se juntarem a nós. E, certamente, nós receberemos com agrado todas as ocasiões em que nossos pontos de vista coincidirem com os dos países desenvolvidos. Só lamentamos que isso ocorra tão raramente", afirmou.

PANAMÁ

Omar Torrijos

Líder panamenho que dirigiu o país entre 1969 e 1978, morto em um acidente aéreo em 1981

Entrevista concedida a Neiva Moreira, no Rio de Janeiro, em outubro de 1980/ "cadernos" nº 29

Poderia avaliar a situação no seu país desde que o sr. propiciou a entrega do governo aos civis? Como vê o momento atual?

- A revolução que lideramos no Panamá em 1968 tinha dois objetivos fundamentais. Primeiro, a recuperação do Canal e, segundo, transformar



uma caricatura de país numa nação. Dez anos depois, considere que esses objetivos tinham sido atingidos.

Assim, quando o mundo político panamenho julgava, equivocadamente, que as Forças Armadas estavam elaborando uma Constituição para permanecerem no poder, nós nos afastamos. Em política, como em ginecologia, as coisas são ou não são. Não se pode ficar "ligeiramente grávida". Assim, nós decidimos não ficar.

Nenhuma sociedade suporta um governo setorial. Nem só de padres, nem só de jornalistas, professores ou militares. Porque nesses governos não há intercâmbio, não há confrontos de idéias. Não há criatividade.

Como o sr. avalia o papel das Forças Armadas em seu país e na América Latina em geral?

— Atualmente, as Forças Armadas panamenhas garantem a vigência da Constituição para que uma nova ordem política funcione. Introduzimos algo novo: os três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — atuam com independência, mas mantêm-se em comunicação com as Forças Armadas. Estabelecemos esse artigo constitucional para evitar que as Forças Armadas irrompam com armas, canhões e fuzis na vida pública.

Trata-se de um princípio constitucional novo e real. A América Latina está cheia de constituições que dizem que as Forças Armadas são essencialmente obedientes e alheias ao poder político, respeitando a Carta e a independência dos Poderes. Mas... de fato, os militares estão dentro do cenário político. E quando entram em cena, fazem-no com botas e não com votos.

As Forças Armadas, em geral, estão despolitizadas. Usam o critério de que o país pode ser governado sob os parâmetros de uma Divisão e de um Regimento. No Panamá, lhes demos uma nova definição: as Forças Armadas são obedientes ao poder político, mas têm também uma missão, fazem parte de um plano de desenvolvimento.

Nesses anos, levantamos o Panamá. Levantamos sua economia. Convertimos uma caricatura de país numa nação. Desenvolvemos um ambicioso plano de educação. Demos ao povo um novo conceito de saúde. Colocamos a saúde não como ausência de doença, mas sim como um estado de bem-estar geral.

Paralelamente a essa luta no plano interno para forjar uma nação, fizemos com que o Panamá tivesse voz a nível internacional. O Panamá recebeu. Demonstramos ao mundo que não íamos acrescentar mais uma estrela na bandeira dos Estados Unidos.

Como vê o futuro da América Central nos anos 80?

— O processo de mudanças é irreversível, embo-

ra possa haver alguns retrocessos transitórios. América Central muda todos os dias. E não há força capaz de deter esse processo. A força dos povos não pode ser contida. Temos que trabalhar para que os povos atuem com equilíbrio e maturidade dia em que tomarem o poder, trabalhar para que haja diálogo.

ÁFRICA DO SUL

Joe Slovo

Dirigente do PC sul-africano do CNA e atual ministro da Habitação e Bem-Estar Social no governo Mandela

Entrevista concedida, em Maputo, em 1981, a Neiva Moreira, Etevaldo Hipólito e João Escadinha/"cadernos" nº 34

O sr. é um dos principais ideólogos do CNA (Congresso Nacional Africano) e um dos poucos dirigentes brancos engajados publicamente na luta contra o apartheid, com todos os riscos que isso representa. Como o sr. encara isso?

— Para começar, devo dizer que não sou uma exceção. Desde o começo do século, houve na África do Sul numerosos exemplos de participação de operários, trabalhadores e dos estudantes da classe média branca na luta contra o racismo.

Nas prisões sul-africanas existem muitos brancos condenados por sua militância em favor do fim da segregação racial. Nem todos eles, mas um bom número, são militantes socialistas ou membros do Partido Comunista sul-africano.

Como o sr. analisa a luta do CNA?

— O CNA é uma organização política que está frente de uma grande aliança para a libertação do povo sul-africano do regime do apartheid. Não reivindica para si o monopólio da oposição.

No seio das massas negras surgiram muitas forças que, em geral, apóiam os objetivos globais do CNA. Na Igreja negra há um movimento maciço de oposição à política do apartheid encabeçado pelo bispo Desmond Tutu. Entre os estudantes, surgiram organizações de massa que não só reivindicam melhores condições de ensino, mas também questionam a essência do regime. A partir de 1967 surgiram nos bantustões personalidades e forças democráticas que resistem à fragmentação da África do Sul.

O CNA acredita que a classe operária sul-africana é a principal força de resistência. Desde o início



cio dos anos 70, surgiram greves em massa e o movimento sindical negro cresceu. Como os trabalhadores negros sofrem a discriminação racial, a luta não pode ser só econômica. Sempre tem uma conotação política.

Como o sr. vê o surgimento de uma classe média negra?

— Para enfrentar as ameaças da oposição negra e devido às pressões internacionais, o presidente Botha adotou uma política deliberada de criação de uma classe média negra que atuasse como “amortecedor”. A grande maioria das reformas que são propagandeadas no exterior só afetam a essa minoria da população.

As concessões são poucas: acesso desses negros a alguns hotéis, restaurantes e teatros; um diminuto setor do proletariado negro qualificado agora pode ser nomeado para alguns postos melhores; e essa minoria tem direito a viver nas áreas brancas. Mas isso não atinge 95% da população negra. ■

PALESTINA

Yasser Arafat

Líder da OLP desde 1969 e chefe do governo palestino instalado em Jericó após os recentes acordos com Israel



Entrevista concedida ao jornalista Moacyr Werneck de Castro, em Beirute, em 1982/“cadernos” nº 42

“Em 1956, o então secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles disse que o povo palestino era realmente infeliz porque a geração que sofreu a expulsão e o exílio ia desaparecer e a próxima geração se esqueceria da Palestina. Vocês vieram as crianças palestinas nos campos de refugiados. Elas são a melhor resposta à profecia de Dulles, esta sim, uma declaração infeliz. A nova geração, nascida no exílio, é muito mais apegada à terra do que ele esperava.”

Entrevista concedida a Beatriz Bissio e Neiva Moreira, na Tunísia, em maio de 1987, ao finalizar a 18ª reunião do Congresso Palestino/“cadernos” nº 98

“Na 18ª reunião do Conselho Nacional Palestino o que todos queríamos era alcançar a unidade. Isso foi conseguido (nessa reunião, se reincorporaram à OLP a Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP) e a Frente Popular de Libertação da Palestina – FPLP). Fortalecemos a unidade da

direção política palestina, que reflete a unidade da população dos territórios ocupados. A OLP saiu fortalecida como única representante do povo palestino.”

“Nós, palestinos, temos grande experiência. Antes de Israel, já sofremos outras ocupações da nossa terra e sempre vencemos, inclusive através da astúcia, quando não tínhamos a força.”

Entrevista concedida a Alberto Mariani, em Zurique, em 1987/“cadernos” nº 102

“A ocupação das nossas terras e a repressão não impedirão que os palestinos continuem exigindo seus direitos. Cabe à comunidade internacional julgar quem é o agressor e quem é o agredido. Da nossa parte, estamos dispostos a examinar qualquer proposta de paz, de acordo com o direito internacional. Estamos preparados para aceitar todas as resoluções das Nações Unidas. Repito: todas, inclusive aquelas que os israelenses dizem que jamais aceitaremos. Mas é necessário impedir que se afirme que nós não existimos ou que vamos desaparecer.”

“O povo palestino já realizou dois milagres. O primeiro, ter organizado e aperfeiçoado uma resistência armada. O segundo, ter realizado uma revolução cultural. Nós provamos que no Oriente Médio é possível viver e praticar a democracia, inclusive sob os bombardeios da aviação israelense.” ■

ELSALVADOR

Guillermo Ungo

Presidente da Frente Democrática Revolucionária (FDR), morto em 1991

Depoimento tomado na sede da revista, no Rio de Janeiro, em maio de 1983/“cadernos” nº 54

O que o sr. pensa da recente proposta do governo de promulgar uma anistia?

— O avanço significativo da luta armada do movimento popular começa a provocar no exército salvadorenho um espírito de derrota que obriga a administração de Ronald Reagan a incrementar ainda mais a ajuda militar a esse país centro-americano. Nesse contexto, o governo trata de antecipar as eleições e lança uma proposta de anistia.

Em relação às eleições, acreditamos que é um remédio que já foi tentado no último ano e fracassou. Com mais razão fracassará este ano em que a guerra se aprofundou. E a anistia parece traduzir mais uma proposta de rendição da guerrilha do que uma intenção real de modificar o país.



Em El Salvador há mais de 700 presos políticos e mais de 2.000 desaparecidos, aos quais não se pode incluir em nenhuma anistia. Portanto, interpretamos a iniciativa governamental como uma oferta para uma rendição sem garantias de que no dia seguinte não seremos enterrados, depois de sermos assassinados pelos esquadrões da morte.

Como o sr. vê a evolução futura dos acontecimentos?

— Nós achamos que a guerra vai se intensificar. E são os Estados Unidos que estão regionalizando o conflito em El Salvador.

Apesar de tudo, a solução militar vai fracassar. Lamentamos que essa opção implique um maior custo em termos de vidas humanas, mas nem com toda a ajuda norte-americana o exército salvadoreño poderá derrotar o movimento popular armado. Washington terá de recorrer, cada vez mais, ao esquema do Vietnã, e acabar intervindo diretamente com forças norte-americanas. Ou, caso contrário, tem de aceitar o fracasso e partir para uma solução negociada.

Muito tem se falado da "teoria do dominó" em relação à América Central. O que o sr. pensa disso?

— A história mostra que os povos triunfam em sua luta pela democracia e pela justiça social. Se a Nicarágua venceu, El Salvador vencerá. E se El Salvador vencer, a Guatemala vencerá. Isso é o que assusta a direita norte-americana e eles explicam esse fato com essa interpretação infantil da "teoria do dominó".

É estranho: os Estados Unidos ignoraram durante décadas a América Latina, inclusive o Brasil, que é o país mais poderoso do continente. Mas quando a América Latina se recusa a ser um instrumento dócil a seus interesses, o império se lembra que somos uma "zona estratégica".

Antes, os interesses estratégicos dos Estados Unidos estavam no Oriente Médio e no Sudeste asiático. Agora acontece que a América Central se transformou numa "ameaça para o desenvolvimento das relações econômicas" de Washington. ■

NAMÍBIA

SamNu joma

Líder da Swapo e presidente desde a independência, em fevereiro de 1990

Entrevista concedida a Carlos Castilho, em Luanda, em 1986/"cadernos" nº 85

Como está a situação da Namíbia atualmente?

— A situação em meu país é extremamente explosiva, como resultado da escalada de violência e repressão deflagrada pelas forças de segurança da

África do Sul. No dia 17 de junho de 1985, o governo racista sul-africano impôs pela força um regime títere na Namíbia, num ato que foi denunciado por todos os governos africanos, pelos movimentos que lutam contra o *apartheid* e condenado pelas Nações Unidas. Paralelamente, aumentou a repressão aos simpatizantes e militantes da Swapo (Organização Popular do Sudoeste Africano) dentro do país, com espancamentos e torturas de todos aqueles que se manifestaram contra a implantação do governo fantoche.

Apesar das enormes dificuldades que enfrentamos, consideramos que é inevitável a independência de nosso país, mais cedo ou mais tarde. Estamos absolutamente convencidos disto.

O sr. acredita que as atuais dificuldades econômicas do apartheid, que faz obrigado inclusive a suspender o pagamento de parte de sua dívida externa, podem afetar a presença militar sul-africana na Namíbia?

— Seguramente. Se não fosse por causa do chamado "engajamento construtivo" da administração Ronald Reagan, a política colonialista e racista da África do Sul já teria entrado em colapso por falta de recursos financeiros. Mas, graças ao apoio financeiro do governo norte-americano à minoria branca racista, o *apartheid* tem se mantido durante todo este tempo.

O sr. poderia falar da estratégia militar da Swapo?

— Nossa estratégia tem sido sempre a mesma: tornar impossível a vida dos racistas na Namíbia. Já estamos lutando há 19 anos e temos energia e a disposição de continuar outros 19, se for necessário. Não conseguimos até agora alcançar o nosso objetivo exclusivamente por causa do apoio militar que governos ocidentais dão à África do Sul.

Como analisa o impasse atual em torno da aplicação da Resolução 435 no Conselho de Segurança das Nações Unidas?

— O impasse é uma consequência da chamada "política de engajamento construtivo" adotada pela administração Ronald Reagan. É o resultado do apoio militar e logístico a Pretória, o que, na verdade, não é novo. Na década de 70, Henry Kissinger divulgou o chamado documento número 39, pedindo que os Estados Unidos apoiassem a repressão salazarista aos movimentos de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. É o mesmo imperialismo norte-americano que apoia o expansionismo sionista no Oriente Médio. Com tanques e aviões norte-americanos, Israel assume ares de grande potência contra os países árabes e especialmente contra os palestinos. Na África Aus-



tral, acontece quase o mesmo, com a África do Sul. Portanto, o impasse na libertação da Namíbia tem uma única origem: Washington. ■

URUGUAI

Gal. Líber Seregni

Presidente da Frente Ampla, preso durante a ditadura militar por 11 anos



Entrevista concedida a Beatriz Bissio e Cristina Canoura, em Montevideu, em 1988/ "cadernos" nº 117

Que tipo de país a Frente Ampla pretende construir?

— Nós partimos de um princípio fundamental: não existe horizonte—para nenhum país latino-americano— se não houver uma integração regional progressiva. A dívida externa e as limitações que ela acarreta para qualquer programa de desenvolvimento exigem a inserção do Uruguai e de outros países da região no âmbito progressivo de integração. Apoiamos os acordos com o Brasil e a Argentina, mas em um regime de co-participação real e efetiva em todos os campos.

Entendemos que, para desenvolver nossa economia, devemos explorar e exportar os processos industriais de nossas matérias-primas. Mas entendemos, também, que o Uruguai deve participar em setores de tecnologia de ponta. Isso já está acontecendo, em pequena escala. Mas pelo alto nível cultural do seu povo e pela qualidade da mão-de-obra, nosso país tem possibilidades de participar em etapas do desenvolvimento industrial, tanto na eletrônica como em outros setores de ponta. E é esse objetivo que devemos perseguir.

Que caminhos a Frente Ampla sugere para atingir esses objetivos?

— A Frente Ampla por si só não vai poder mudar o país de imediato. É necessário realizar as mudanças estruturais que o Uruguai precisa, em conjunto com todas as forças sociais e políticas que compartilhem dessas idéias. Para ser viável, nosso programa necessita de ampla aceitação na base. Não queremos fazer programas apenas para publicá-los e ficar em paz com nossas consciências.

Mas é necessário também a unidade regional. De 1982 a 1987, a dívida da América Latina cresceu. Nesse período, nossos países transferiram recursos para o exterior da ordem de 250 bilhões de dólares. Nessas condições, o desenvolvimento fica absolutamente inviável. Mas também é impossível pensar em pagar a dívida externa nas condições em que ela foi negociada. A condição fundamental é que os países devedores tenham possibilidade de

negociar, e para isso é indispensável uma ação conjunta.

(...) Penso que o problema do nosso país está centrado em um grupo que deseja que tudo continue como está, enquanto uma parcela substancial dos cidadãos sente necessidade de mudanças; não querem continuar vivendo da mesma forma.

O jornalista Carlos Quijano, fundador e diretor do semanário *Marcha* e nosso grande mestre, dizia que na realidade existem dois partidos em nosso país: os partidários do *status quo* e os partidários das mudanças. Na medida em que sejamos capazes de formular propostas de mudança que sejam compreendidas e compartilhadas pela maioria da população, teremos cumprido nosso papel. Este é o nosso desafio. ■

ANGOLA

José Eduardo dos Santos

Assumiu a presidência em 1979, com a morte de Agostinho Neto; reeleito em 1992

Entrevista concedida a Neiva Moreira e Beatriz Bissio, em Luanda, em 1989/ "cadernos" nº 119



Depois de muitos anos de guerra, Angola inicia um tempo de paz e de reconstrução. Quais as prioridades do governo para essa nova etapa?

— Não podemos, infelizmente, partir já da premissa de que se inicia um tempo de paz e de reconstrução em Angola. Com a recente assinatura do acordo entre Angola, Cuba e África do Sul, cumprimos, de fato, uma etapa importante para a solução dos problemas nesta região do continente, mas ainda não é possível vislumbrar-se a paz para um futuro imediato.

A eliminação da componente externa do conflito em Angola é muito importante, mas temos ainda de dar solução — combinando as ações militares com as medidas previstas na política de clemência e de harmonização nacional e na lei da anistia — ao problema dos bandos armados da Unita.

As prioridades do nosso governo são, para a etapa que ora se inicia, a reconversão da nossa estratégia militar, para adequá-la às características atuais da guerra, e a aplicação efetiva do programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), para criar as condições propícias à retomada do crescimento da nossa economia.

Um dos problemas dos períodos de pós-guerra é a desmobilização dos combatentes e a sua inser-

TIMOR LESTE

Mari Alkatiri

Chanceler do governo maubere no ex

Entrevista concedida a Beatriz Bissio, em Luanda, em 1989/¹"cadernos" nº 121

Qual é a situação de Timor Leste no plano diplomático?

— Nos últimos anos, definimos como ponto principal da nossa diplomacia conseguir mudar a posição de Portugal. Afinal, na comunidade internacional, aquele país continua sendo reconhecido como a potência administrativa da ilha. Portanto, existem disposições legais importantes que unem um país ao outro.

Concentramos toda a nossa atenção nesse objetivo, levando em consideração que Portugal iria ser membro da Comunidade Econômica Européia (CEE) e, portanto, poderia ajudar a influenciar aqueles países.

Por outro lado, definimos um triângulo para o trabalho de esclarecimento da causa timorense, com um vértice em Washington, outro em Lisboa e o terceiro em Camberra (Austrália). Em Washington, concentramos nosso trabalho no Congresso e os resultados estão à vista com um avanço na compreensão da questão de Timor Leste.

Apesar da ocupação indonésia — iniciada em 1975 e que já custou a vida de 200 mil pessoas — Portugal, como ex-potência colonial, é até hoje reconhecida pela ONU como a autoridade legal sobre Timor Leste. Atualmente, qual é a posição do governo lusitano à luta desenvolvida pelos mauberes para obter sua independência?

— Se até uns anos atrás Portugal ainda tinha dúvidas de que existe uma resistência com viabilidade de ser vitoriosa, hoje não tem mais. A opinião geral das autoridades lusitanas é que, se não existe solução militar para os patriotas de Timor Leste, também não existe solução militar para a Indonésia.

Nessa base, Portugal lançou, há um ano e meio, sua ofensiva diplomática, conseguindo ganhar apoio junto aos seus parceiros da CEE. Hoje, a nível do Parlamento Europeu e da CEE, existe uma posição em bloco, de apoio às reivindicações portuguesas, com relação à questão de Timor Leste. Isto é: respeito pela autodeterminação do povo maubere e exigência de uma solução negociada, internacionalmente aceita, de rejeição à situa-

ção na vida civil. Como Angola planeja enfrentar essa situação?

— Deduz-se da resposta anterior que a inserção dos combatentes na vida civil não vai ser para já. Mas, a médio ou longo prazo, a própria política de reajuste econômico criará as condições para um melhor e mais racional aproveitamento a nível econômico, não só dos combatentes, mas de todos os quadros civis que neste momento se encontram subaproveitados.

A batalha de Cuito Cuanavale é considerada o ponto de virada estratégico da guerra. Por quê?

— A importância da nossa vitória em Cuito Cuanavale foi ter demonstrado ao inimigo, no terreno, que a sua aventura belicista chegara ao fim e que, daí em diante, iria começar a acumular derrotas atrás de derrotas. A perda da supremacia aérea por parte das forças sul-africanas que haviam invadido nosso país e a contra-ofensiva iniciada de surpresa, no sudeste, foram os elementos que mais pesaram na decisão do regime de Pretória de aceitar sentar-se conosco à mesa das negociações.

Cabe lembrar que a colaboração cubana também foi decisiva. A maior experiência dos militares cubanos permitiu-lhes transmitir às nossas forças, num tempo mínimo, conhecimentos indispensáveis para o manejo de equipamento militar ultra-sofisticado e ajudou-nos também na própria definição da tática e estratégia adotada contra um exército poderoso e agressivo como o da África do Sul.

O cessar-fogo encontra Angola empenhada num imenso esforço para redirecionar sua economia, de maneira a poder enfrentar os graves problemas deixados pelo colonialismo e a guerra. Qual o papel que o governo reserva à colaboração da iniciativa privada? Como essa colaboração se insere no contexto ideológico de um Estado socialista?

— A adoção de uma economia de tipo misto, prevista no programa do SEF, com a aliança entre o setor privado e o estatal, não pôe em causa a opção de Angola pelo socialismo. Na verdade, enquadra-se num vasto movimento atualmente em curso na maioria dos países socialistas para agilizar o desenvolvimento econômico, reservando um papel importante para a iniciativa privada em áreas não estratégicas da economia do país. O setor privado poderá, portanto, num quadro legal definido pelo Estado, colaborar de forma decisiva para a reconstrução nacional.

A nossa intenção não é a de reprivatizar a economia, mas sim, a de tornar a gestão mais eficiente concentrando o esforço do aparelho estatal nas tarefas fundamentais, e controlando e acompanhando a atividade privada dos artesãos, pequenos produtores, etc., prestação de serviços mais solicitados pela população, com vistas a atenuar o grande desequilíbrio entre a oferta e a procura. ■

¹ Cuito Cuanavale foi a maior batalha de blindados após a célebre batalha do general alemão Rommel na II Guerra Mundial e antes da Guerra do Golfo. As forças sul-africanas sofreram a primeira derrota direta da sua história

ção de fato que a Indonésia pretende criar em nosso país. ■

NICARÁGUA

Daniel Ortega

Um dos fundadores da Frente Sandinista, presidente de 1984 a 1990

Depoimento dado a Beatriz Bissio e Cláudia Guimarães, no Rio de Janeiro, em 1990/ "cadernos" nº 130

"Como se entende o revés da Frente Sandinista em fevereiro passado? É possível um fracasso eleitoral da FSLN, sem que tenha sido derrotada a revolução? Sim, porque quando a Frente derrubou a ditadura somozista apresentou uma proposta nova, diferente, que significava um desafio para a imaginação e criatividade dos revolucionários da América Latina e Caribe: forjar uma sociedade democrática, pluripartidária, de economia mista e não-alinhada."

"A opção por uma sociedade pluripartidária só tem sentido se são realizadas eleições periodicamente. Por isso, apesar de estarmos em plena guerra, convocamos eleições."

"Em 1984, tínhamos realizado as primeiras eleições livres da Nicarágua. Participaram sete partidos políticos e ganhou a Frente Sandinista. Mas a guerra continuou e os nicaragüenses tiveram que enfrentar no peito e na raça os Estados Unidos."

"Se tivéssemos adiado ou suspenso as eleições, alegando com toda razão a situação de guerra imperante no país, os norte-americanos teriam usado toda a sua máquina propagandística para nos apontar perante o mundo como totalitários."

"Havia duas opções com possibilidades de vitória: a FSLN e a UNO. Nós oferecíamos ao povo a paz, sem discursos demagógicos. Não podíamos mentir para as pessoas, dizer-lhes que tudo ia mudar de um dia para o outro."

"A outra opção era a UNO, que em uma atitude demagógica prometia ao povo a paz e sanear a economia em 90 dias. E apareceu o presidente George Bush recebendo os candidatos dessa organização, uma, duas, três vezes na Casa Branca e dizendo que se votassem na UNO, terminariam a guerra e o embargo econômico."

"Portanto, o povo não votou com inteira liberdade, mas sob pressão, ameaçado de alimentar a con-

tinuação da guerra e do embargo econômico se desse seu voto ao sandinismo."

"Muitos dos que deram seu voto à oposição, depois nos disseram: 'Eu estou com a revolução, mas se vocês tivessem vencido, a guerra continuaria porque os Estados Unidos não querem aceitá-los'."

"Apesar de tudo, 40,8% do eleitorado decidiu dar seu voto à FSLN. Isso o ratifica como o maior e mais sólido partido da Nicarágua."

"A Frente Sandinista está enfrentando a sua maior prova de fogo. Mas, ao fazê-lo, está dando uma enorme contribuição ao processo revolucionário de toda a América Latina. Porque, ao perder a batalha eleitoral e entregar o poder aos vencedores, está ajudando a consolidar um modelo revolucionário de caráter democrático e de economia mista."

"O desafio que nos impõe esse momento é continuar a luta fora do governo. Mas o que significa esse desafio para nós, que estamos na luta desde que éramos um punhado de jovens na clandestinidade e quando nem nos passava pela cabeça a idéia de que chegaríamos ao poder? Quando veio a vitória, começamos a governar de cima, mas sempre junto ao povo, lutando contra os nossos próprios erros e contra um poderoso inimigo. E demos à Nicarágua uma Constituição democrática, revolucionária."

"A partir de agora, temos que passar a uma nova forma de luta, que enriquece o processo revolucionário da Nicarágua e da América Latina: estaremos governando de baixo para garantir as conquistas populares."

"Não lutamos para nos converter em donos do destino do povo, mas para que o povo se transformasse em dono de seu próprio destino. Esse é o objetivo dos sandinistas." ■

CUBA

Fidel Castro

Líder da revolução que depôs a ditadura de Fulgencio Batista em 1959 e chefe de governo

Entrevista concedida a Beatriz Bissio, em Havana, em 1990/ "cadernos" nº 131

Existe interesse de Cuba em diversificar seus mercados?

— É o que estamos fazendo. Como já disse, se existe uma proporção tão alta de intercâmbio com o campo socialista, isso se deve ao bloqueio dos EUA.

O governo norte-americano não apenas proíbe o comércio entre nós, como, além disso, sabota o comércio entre Cuba e muitas outras nações. Nessa situação, era lógico que o comércio com os países socialistas passasse dos 80%, incluindo aí a China.



Cuba alcançou um nítido desenvolvimento tecnológico. O sr. crê que o país pode ampliar seu intercâmbio, nesse campo, com as nações da América Latina e do Terceiro Mundo em geral?

— Sim. Em nosso país, depois de muitos anos de trabalho, temos milhares de cientistas desenvolvendo diversas pesquisas. Ocorreu em Cuba uma espécie de explosão científica, com grandes avanços no campo da medicina e da tecnologia médica.

Não existe medicamento das multinacionais que nós não sejamos capazes de produzir. Através de nossos centros de pesquisas estamos trabalhando na robótica e na eletrônica, e logicamente esses campos serão importantes no intercâmbio com o Terceiro Mundo. Além disso, estamos desenvolvendo o turismo com a América Latina em grande escala.

Como o sr. vê o futuro da integração regional na América Latina?

— A integração econômica é uma condição vital para o futuro de nossos países. Não haverá futuro para o hemisfério sem a integração.

Então, cabe se perguntar se podem ocorrer processos integracionistas entre países capitalistas da América Latina e Cuba socialista. Nós chegamos à conclusão de que sim. E mais: estamos melhor preparados que qualquer outro país latino-americano para a integração. Se for o caso de se derrubar barreiras alfandegárias, aqui não é necessário abolir nenhuma: elas já não existem.

Em função das transformações na Europa Oriental e também dos resultados eleitorais na Nicarágua, intensificou-se a campanha internacional pela realização de eleições em Cuba. Aderiram a ela até mesmo setores progressistas da América Latina. Como o governo cubano vê essas pressões?

— Nos Estados Unidos, o cidadão vota a cada quatro anos e nunca mais alguém se lembra dele. O presidente faz o que lhe dá na cabeça.

Em nosso país, as autoridades têm de prestar conta de seus atos. Mas, antes mesmo de institucionalizarmos-nos, era constante nosso intercâmbio com as massas. Aqui, estamos sempre realizando congressos para discutir nossos problemas.

Aqui, as pessoas não apenas votam, como pedem contas aos delegados que elegem. E esses delegados elegem os demais. A população não apenas vota, mas participa durante todo o ano, constantemente, de todas as atividades do Estado.

Como o sr. vê o futuro do socialismo?

— O socialismo passou por um processo de ascensão, auge, erros, desgaste e este momento de crise. Se além dos problemas que coloquei, tomamos em conta erros cometidos (os métodos nas relações entre Estados socialistas; as divisões e campanhas de descrédito mútuo; erros do Partido e de pessoas de esquerda de toda espécie; mais erros de

Estados socialistas, alguns dos quais vieram ao mundo de um modo artificial, conjuntural, o que deu lugar à crise atual), é fácil comprovar que isto gera um momento de desilusão.

Muita gente está confusa, abatida, desconcertada. Mas que vamos fazer? Vamos tornar-nos capitalistas? Esse lixo repugnante que é o capitalismo, esse regime de desigualdades e injustiça social não tem futuro em qualquer país do Terceiro Mundo. Porque, por definição, é antidesenvolvimento, antinacionalista, antipopular.

Creio que temos um dever para com o movimento revolucionário, com o mundo, de defender essa trincheira, porque se ela cair, a América Latina retrocederá cem anos. Nenhum país latino-americano fez mais, em matéria de progresso social, que Cuba.

Hoje, as pessoas passam a ver que nosso país se mantém e não podem fazer outra coisa, senão admirar a firmeza de Cuba, o heroísmo do povo cubano, sua unidade. São coisas raras nos tempos de hoje... Os povos admiram os que lutam. E só sobrevivem os que têm confiança em si mesmos. Estes são os valores permanentes, de todas as épocas.

As próximas gerações não viverão sob o capitalismo, porque nenhum sistema é eterno. Essas gerações bem poderão dizer que fomos incapazes de tirar todo o proveito possível de uma economia socialista. Na verdade, ainda temos muito que aprender. Mas verão que nosso sistema foi o mais humano, sem qualquer discussão. O outro promove o ódio.

Por tudo isso estou convencido de que o futuro pertence ao socialismo. E essa geração futura talvez saiba valorizar melhor que as de agora o que significou a luta de Cuba nesta época. ■

MOÇAMBIQUE

Joaquim Chissano

Assumiu a presidência em 1986, com a morte de Samora Machel

Entrevista concedida a Beatriz Bissio e Claudia Guimarães, no Rio de Janeiro, em 1992/ "cader-nos" nº 152

Qual a reação da população às conversações com o movimento guerrilheiro Resistência Nacional Moçambicana (Renamo)?

— É preciso enfatizar que essas conversações foram iniciadas apesar dos protestos da população. A população estava de tal forma indignada com a Renamo que não entendia o que um go-



LÍBANO

Walid Jumblatt

Líder do Partido Socialista Progressista e deputado na Assembléia Legislativa

verno como o nosso, responsável, iria conversar com esse tipo de gente.

Nós tivemos que convencer a população de que isso era necessário. E continuamos dizendo que será preciso conviver com eles quando vierem, porque são parte da nossa gente.

Mas é muito difícil, porque são milhares e milhares de pessoas que estão de luto por causa dos atentados da Renamo. Pessoas que viram filhos e pais serem mortos, crianças sendo levadas para as bases da Renamo, etc. Ou seja, eles não têm como negar as atrocidades que cometem.

O Terceiro Mundo, ou quem sabe até o mundo todo, parece que ficou meio órfão de utopias depois da desintegração da União Soviética. Qual seria o referencial a ser construído para uma sociedade mais justa? Como o sr. está vendo essa questão?

— Na realidade, no VI Congresso do partido debatemos muito esta questão e houve uma grande controvérsia. Preferimos insistir nas definições de objetivos que uniam a Frelimo.

Afinal, acabamos por enumerar alguns desses objetivos: o bem-estar da população, a necessidade de promover o respeito pelos direitos humanos e as liberdades individuais. Discutimos a necessidade de construir um estado de direito, um estado de justiça social.

A definição marxista-leninista que adotávamos tendia a ser muito estreita, por exemplo, ao tomar o proletariado como sendo toda a sociedade ou como um núcleo em torno do qual toda sociedade deve girar... Ora, no nosso país quase não há proletariado, é um país de camponeses.

No VI Congresso voltamos, mais ou menos, àquilo que pensávamos durante a luta de libertação nacional. Por isso, o partido ganhou uma visão muito mais ampla. Apesar das dificuldades que existem agora, o nosso partido cresceu, triplicou o número de membros.

Qual é o balanço desses 16 anos de governo da Frelimo?

— Fizemos muito nesse período, investimos muito na formação das pessoas. A campanha dos nossos adversários tem como lema que a Frelimo não fez nada. Mas nós podemos demonstrar que fizemos muito: já temos maquinistas, mecânicos e diversos técnicos, quando na época da independência não havia um único moçambicano preparado para exercer essas atividades. Naquela época, até os motoristas de ônibus e táxi eram quase todos estrangeiros.

Hoje, temos diretores de empresas moçambicanas, formados na nossa universidade. Outro dado: hoje, a maioria dos universitários é moçambicana e cerca de 60% dos professores de ensino superior são nascidos no nosso país. Isso é motivo de grande orgulho para nós. ■

Depoimento dado a Beatriz Bisio, em Berlim, em outubro de 1992/ "cadernos" nº 155



(...) "No novo Parlamento há cristãos e muçulmanos. Eu represento a zona das montanhas e em minha região foram eleitos quatro cristãos, três maronitas e um católico. O boicote de um setor dos cristãos às eleições, as primeiras nos últimos 20 anos, foi um erro. Espe-

ro que no futuro todos os cristãos entendam que o Líbano é hoje um país novo, diferente, de cuja vida política devem participar ativamente", afirma Jumblatt.

(...) "O Líbano foi cenário de vários conflitos alheios ao nosso. Os norte-americanos combatiam os soviéticos ali; Israel combatia os sírios no nosso país; os palestinos usaram nosso território para sua própria luta. Todos esses conflitos coexistiam 'multaneamente'."

Entre as prioridades da nova administração — o Líbano é uma república parlamentarista — está, segundo o dirigente, "conseguir que o dinheiro dos libaneses ricos, hoje aplicado no exterior, volte ao país. Nossos compatriotas devem se convencer da necessidade de investir no novo Líbano que está nascendo".

Em segundo lugar, na opinião do líder druso, é importante buscar fórmulas que permitam livrar o sul do Líbano da presença israelense, cumprindo a resolução 425 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. "Com esse objetivo iniciamos uma negociação com a delegação de Israel nos Estados Unidos, mas o diálogo está em um impasse."

Sobre o fato do primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin ter se comprometido, ao assumir o governo, a negociar a paz com os vizinhos ele declarou: "Espero que suas palavras sejam verdadeiras e que Israel devolva as colinas de Golá aos sírios e a nós, o sul do nosso país. Mas o desafio chave da gestão de Rabin é solucionar de forma definitiva a questão palestina, e não existe outra forma de fazê-lo a não ser reconhecer direitos dos palestinos." ■